Estratégia Concursos

Aula 00

Atualidades p/ Prefeitura de Marília-SP (Diversos Cargos) Pós-Edital

Autor:
Leandro Signori

04 de Novembro de 2020

Sumário

Questões relacionadas a fatos econômicos internacionais 3

1 – Blocos econômicos 3

1.1 União Europeia 3

1.2 MERCOSUL 7

1.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá) 8

2 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a "guerra comercial" 9

2.1 A batalha da 5G 10

3 – China 11

3.1 A questão de Hong Kong 13

Questões Comentadas 15

Lista de Questões 18

Gabarito 19

Resumo 20

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na nossa disciplina no seu concurso público.

Sou o **Professor Leandro Signor**i, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e do Distrito Federal, Geografia e Conhecimentos Específicos.

Convido-os a me seguirem nas minhas redes sociais: **Telegram**: **https://t.me/profleandrosignori**, **Instagram**: **profleandrosignori** e **YouTube**: Leandro Signori.

Este curso está de acordo com os conteúdos cobrados no edital do concurso público. Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho na disciplina que estamos ministrando.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)

QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

1 – Blocos econômicos

A globalização incentivou e ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.

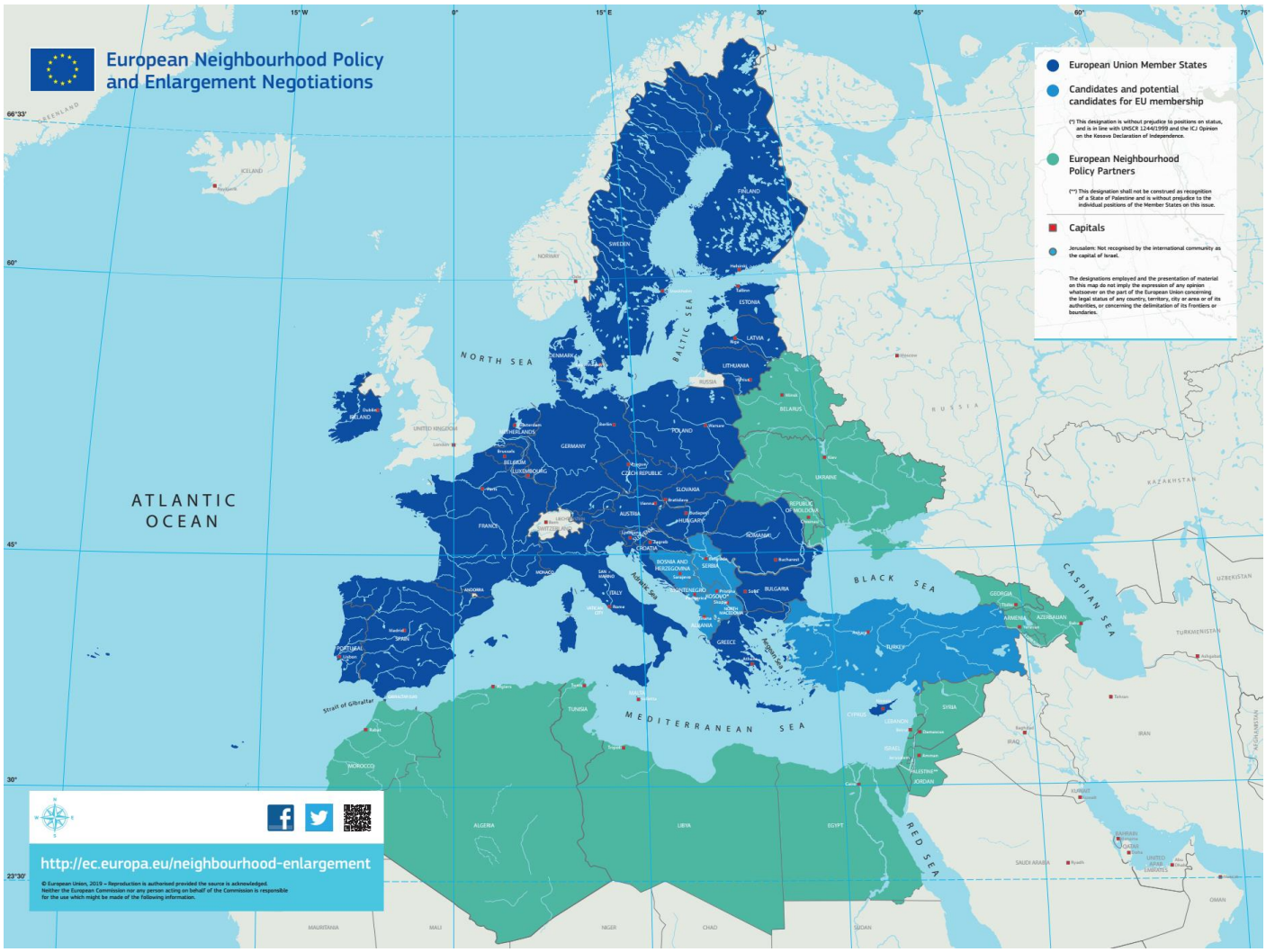
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que caem nas provas.

1.1 União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, com 27 países-membros (Estados-partes): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):



As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. Adotam o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os controles de passaporte foram abolidos e os cidadãos dos países do bloco podem entrar e sair livremente em todos os países para passeio, fixar residência e trabalhar. Contudo, há algumas restrições a esses direitos e, em casos excepcionais, pode ser retomado o controle das fronteiras pelos países, como os relativos à segurança e crises sanitárias. Exemplo foi a pandemia de Covid-19, onde os países fecharam as suas fronteiras temporariamente.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e cinco

países-membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeterem a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.

Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Em junho de 2016, por meio de um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que é denominado **"Brexit"**. É uma abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída, em inglês). Na consulta, 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer.

Os defensores da saída alegaram que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tinha que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico. O Reino Unido também enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebe de volta em investimentos. Saindo, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

Os defensores da permanência argumentaram que sair do bloco vai trazer prejuízos econômicos, como a exigência de novas taxas, regulações e acordos comerciais. Exemplo: O Reino Unido terá que fazer acordos comerciais com países ou blocos econômicos separadamente, inclusive com a União Europeia.

A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Thereza May** assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu, devido a três rejeições pelo parlamento britânico, do acordo de saída negociado entre o Reino Unido e a União Europeia. O prazo para a saída foi adiado inicialmente para 22 de maio e depois para 31 de outubro de 2019.

Em função do fracasso na aprovação do acordo pelos parlamentares, Thereza May deixou o cargo de primeira-ministra. No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres.

Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída e o submeteu à aprovação do parlamento britânico, que não o aprovou. Com isso, o bloco europeu concedeu um novo prazo para a saída do Reino Unido, até **31 de janeiro de 2020**.

O impasse do Brexit no parlamento fez com que o primeiro-ministro tentasse três vezes sem sucesso convocar eleições parlamentares antecipadas. A oposição resistiu à ideia até que o parlamento aprovou uma lei que impediu a retirada do país da UE sem um acordo. Em 29 de outubro de 2019, a Câmara dos Comuns aprovou a realização de eleições gerais em 12 de dezembro de 2019. O **Partido Conservador**, do premiê Boris Johnson, foi o **grande vencedor das eleições** conquistando 365 assentos de um total de 650 no Parlamento e avançando sobre tradicionais redutos do Partido Trabalhista.

Após a vitória eleitoral do Partido Conservador, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e **o Reino Unido saiu da União Europeia, COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país-membro sai do bloco econômico.

O Reino Unido deixou de fazer parte das instituições políticas europeias, como o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, não tendo mais direito a voto. No entanto, durante o período de transição, continua contribuindo para o orçamento da União Europeia, precisa continuar seguindo suas regras e está sujeito às determinações da Corte Europeia de Justiça em caso de disputas legais.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- Período de transição: Até **31 de dezembro de 2020**, quando as duas partes vão negociar vários pontos sobre o futuro das suas relações. Durante este período, o Reino Unido continuará seguindo as regras do livre comércio e da união aduaneira da União Europeia.

- Fatura de saída do Reino Unido: O país terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro ao orçamento do bloco econômico, previamente assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após a saída britânica do bloco europeu.

- Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

- Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte: A fronteira entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido, que, com a sua saída do bloco, implicaria a retomada do controle de fronteiras entre os países. Há um temor de que esse controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte, que gerou décadas de conflitos terroristas no passado. Na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira. No caso das mercadorias, a livre circulação será apenas para os produtos que tenham como destino o consumo no território no território das duas Irlandas. Este tópico foi o principal ponto de divergência no parlamento britânico e que emperrou a aprovação do acordo do Brexit pelos parlamentares durante a gestão de Theresa May.

1.2 MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi fundado em 1991 pela Argentina, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**, que são seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos). A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012, estando atualmente suspensa. A primeira suspensão foi em dezembro de 2016, por não ter adequado no prazo concedido, de quatro anos, legislação e normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. A segunda suspensão foi em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente no país.

Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado-Parte. México e Nova Zelândia são Estados Observadores.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões

de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns. Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordos Comerciais

Em 28 junho de 2019, o **MERCOSUL** e **União Europeia** assinaram um acordo comercial, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. O acordo será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, para entrar em vigor, deve ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

A expectativa é de que o acordo promova uma retomada no fôlego das relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Para além dos aspectos estritamente comerciais, os dois blocos assinaram uma declaração relativa ao comércio e ao desenvolvimento sustentável, reiterando compromissos com os acordos multilaterais ambientais, incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris,** e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.

O **Mercosul** também assinou um acordo comercial com a **EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio**, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia, em agosto de 2019. Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.

1.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** ou **T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá)** entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que estava em vigência desde 01/01/1994.

Na sua campanha eleitoral, o então candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometeu rever os termos do NAFTA. O presidente norte-americano considerava que o tratado continha termos que prejudicavam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favoreciam as economias do Canadá e do México. Como presidente, Donald Trump impôs o maior poder econômico dos Estados Unidos, levando à negociação de um novo acordo comercial com o México e o Canadá, resultado alcançado em agosto e outubro 2018.

2 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a "guerra comercial"

O protecionismo se caracteriza por um conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais.

Sob o governo de Donald Trump, os EUA têm tomado iniciativas que questionam fortemente o livre-comércio internacional, com a adoção de sobretaxas de importação, o questionamento aos termos do acordo do NAFTA e da relação comercial com a China.

O governo americano tem estabelecido sobretaxas (pode também aparecer o termo tarifa) a diversos produtos importados de outros países. Sobretaxa ou tarifa são os termos utilizados pela imprensa, na verdade é a elevação de impostos de importação. Entre esses produtos, ganhou destaque o aumento de impostos de importação de aço e alumínio sobre as compras externas de aço, que passou de 0,9% para 25%, e de alumínio, que subiu de 2% para 10%. Donald Trump diz que as medidas são necessárias para proteger a economia norte-americana e por uma questão de segurança nacional.

As medidas afetaram vários países, mas a China foi o mais afetado, que, em reação, elevou as taxas de importação de produtos importados dos Estados Unidos.

Retaliação à China

Trump vê no comércio internacional o ponto fraco da economia norte-americana. Seu diagnóstico é respaldado pelo crescente déficit comercial dos EUA. O país que mais contribui para esse déficit é a China, que, em 2018, foi de 420 bilhões de dólares. Por isso, as medidas para tentar reduzir as importações têm como principal alvo a economia chinesa.

Os Estados Unidos elevaram tarifas sobre mais de US$ 450 bilhões em produtos chineses. A China, por sua vez, elevou as tarifas sobre bens americanos em um valor de mais de US$ 110 bilhões.

Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual. Trump acusa empresas chinesas de adquirir participação em indústrias norte-americana e, assim, ter acesso aos métodos de produção que depois são reproduzidos livremente, sem remunerar a propriedade intelectual das inovações. Além disso, o governo chinês subsidiaria a produção de bens de alta tecnologia. Assim, a China teria condições de colocar seus produtos no mercado a preços muito mais baixos do que outros países.

O governo chinês é acusado também de **manipulação cambial**, interferindo no valor de sua moeda, o yuan, diante do dólar. Essa estratégia é denunciada como uma forma indireta de um país conceder subsídios para estimular artificialmente suas exportações. O problema é que, embora as regras da OMC coloquem limites aos subsídios, não há uma regulamentação específica na entidade com relação à manipulação cambial, o que deixa os chineses livres para alterarem artificialmente a cotação de sua moeda.

Guerra comercial

Essa **disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos** damos o nome de **guerra comercial**. E, quando esse

conflito envolve as duas maiores potências mundiais, existe um grande risco de contaminação global. Desde a crise econômica mundial de 2008, até 2017, as 60 maiores economias do mundo adotaram mais de 7 mil medidas protecionistas – só em 2017, foram 360 ações para proteger as economias nacionais, o maior índice registrado desde 2011. O grande perigo da disseminação do protecionismo é a possibilidade de uma retração do comércio mundial, um dos fundamentos da economia globalizada. Além disso, medidas protecionistas podem ter efeitos negativos também no país importador. As taxas alfandegárias podem favorecer um ou outro setor industrial, mas devem prejudicar outros setores, que dependem da importação. Sem a opção de importar, as empresas desses setores terão de se submeter à oferta dos fabricantes nacionais. Como a produção doméstica terá grande demanda, os custos de produção tenderão a subir, o que elevará o preço dos bens finais, ameaçando até a sua competitividade no mercado internacional.

Fase 1 do acordo entre EUA e China

Em 15 de janeiro de 2020, após vários meses de negociação, os dois países assinaram um acordo para aliviar a guerra comercial. O acordo foi denominado Fase 1, e tem como ponto central a promessa da China de comprar mais US$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral. O documento assinado prevê que a *China* aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.

Dois temas sensíveis na guerra comercial foram abordados no acordo. Os dois países podem ser punidos pelo roubo de informações comerciais consideradas sigilosas. A medida se dirige a China que é acusada de suposto roubo de propriedade intelectual, que também terá de proibir roubos cibernéticos. O outro tema é sobre a transferência de tecnologia, ficou acordado que não será permitido que empresas sejam obrigadas a transferir tecnologias para "aquisições, associações ou outras formas de investimento". É outra medida endereçada à China, que força esta prática com relação às empresas estrangeiras que se instalam no país.

Os Estados Unidos, no entanto, ainda vão manter tarifas de 25% sobre uma vasta gama de US$ 250 bilhões em bens e componentes industriais chineses usados pela manufatura norte-americana, até a segunda fase de um acordo comercial.

2.1 A batalha da 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). O 5G tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas. Estima-se que o 5G será capaz de entregar velocidades 50 a 100 vezes maiores em relação ao 4G, com envio e recebimento de dados de forma quase instantânea.

O aumento do número de aparelhos conectados por área possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “internet das coisas”. Com isso, haverá inúmeras possibilidades, cada vez mais inteligentes e conectadas, para residências, ruas, hospitais, comércios e indústrias.

A empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G, à frente das tradicionais Ericsson, sueca, e Nokia, finlandesa. A Huawei também é a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta e a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da coreana Samsung.

Por não possuírem uma grande empresa no setor 5G, os Estados Unidos, principal economia do planeta, viraram o maior mercado para a Ericsson, e o governo norte-americano começou uma campanha de boicote à líder mundial.

A Casa Branca acusa a empresa chinesa de roubar a propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo (como Irã e Coreia do Norte); e, também, alegam que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional.

Com suas acusações, os EUA conseguiram que Nova Zelândia e Austrália proibissem o uso de tecnologia e equipamentos da empresa por razões de segurança. Canadá, Alemanha, Japão e Coreia do Sul colocaram a empresa sob avaliação.

A Huawei nega todas as acusações de violação das sanções e afirma operar dentro da lei em todos os países onde atua. A empresa também perdeu o acesso a softwares e componentes produzidos nos Estados Unidos e que eram necessários para fabricar seus produtos.

Entretanto, os ataques norte-americanos à Huawei são apenas o sustentáculo de uma guerra estadunidense contra a empresa que é carro-chefe da ambição chinesa de se tornar uma superpotência tecnológica. A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

3 – China

A China é a segunda maior economia do mundo, respondendo por mais de 11% do PIB mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. O país chegou a essa condição em poucas décadas, após as reformas econômicas implantadas na década de 70 do século passado.

O modelo vigente é denominado “socialismo de mercado”, pelo qual o país mantém ainda um expressivo controle estatal de fábricas e de terras, mas com um crescente setor privado e a abertura ao mercado mundial em determinadas regiões, chamadas de **Zonas Econômicas Especiais**. Nessas zonas se instalaram empresas multinacionais, para produzir artigos para a exportação, atraídas por incentivos fiscais e pela barata e numerosa mão de obra chinesa. O governo investe maciçamente em tecnologia para aperfeiçoar continuamente a sua indústria.

O país se tornou o maior produtor e exportador de produtos industrializados no mundo e um grande importador de commodities, para servirem de matéria-prima para a sua produção. É um grande investidor em países de todos os continentes, criando uma relação de interdependência e firmando parcerias entre os países e a China.

Por ter uma economia voltada para o comércio exterior, a China passou a ser um dos grandes defensores da globalização e do livre-comércio. É uma defesa que tem sido reafirmada diante de críticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a essa mesma globalização e livre-comércio. Para além das questões

econômicas, a China quer se firmar como uma liderança global, capaz de não apenas ser uma potência regional, mas de ameaçar a hegemonia mundial dos EUA.

Na tentativa de projetar sua influência pelo mundo, a China investe em projetos de financiamento, aquisição de matérias-primas e obras de infraestrutura para angariar aliados. A presença chinesa é cada vez maior na América Latina, África, Ásia e Europa.

A "Nova Rota da Seda" é o projeto mais ambicioso. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.

No campo da política interna, o regime de governo chinês é considerado uma ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos. Em uma alteração constitucional histórica, o parlamento chinês aboliu o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos de cinco anos. Com isso, Xi Jinping poderá permanecer no poder por tempo indeterminado.

O **Mar do Sul da China** é o foco de maior tensão no Sudeste Asiático. A China reivindica 85% da área do mar, alegando ter precedência histórica com base em um pedido feito em 1947. Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan também disputam a soberania sobre a região e querem negociar com base na convenção da ONU sobre o Direito do Mar, que define zonas de 200 milhas para cada país. O problema é que, devido à proximidade entre essas nações, as fronteiras marítimas não são bem definidas.

Essa região marítima é rica em reservas de petróleo e recursos pesqueiros e estratégica para o transporte marítimo chinês. Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região.

Outro foco de disputa ocorre com o Japão pela posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental.

Ha ainda a questão de **Taiwan**, que a China considera uma **província rebelde** e quer reintegrar ao país. A ilha passou a ter um governo próprio, após a chegada do Partido Comunista ao poder na China continental, em 1949.

Na prática, Taiwan tem todas as condições que o definem como um país: um governo próprio eleito democraticamente, instituições sólidas, moeda própria, forças armadas e um território delimitado. A maioria da sua população é simpática à causa separatista, embora até hoje a independência não tenha sido declarada. Se isso ocorrer poderá haver um ataque militar chinês à ilha.

Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

3.1 A questão de Hong Kong

Hong Kong, localizada na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial** do país. Com um pequeno território e uma população de cerca de sete milhões de pessoas, é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo e um dos principais centros financeiros internacionais, possuindo um dos maiores PIB per capita do mundo.

Antiga possessão britânica, Hong Kong foi devolvida à China em 1997, sob o princípio de "**um país, dois sistemas**". O princípio estabeleceu que o sistema socialista não vigoraria na Região Administrativa Especial, vigorando o sistema capitalista, que ficaria intacto por um período de 50 anos, e que as liberdades individuais deveriam ser garantidas. O território possui um alto grau de autonomia, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Esta “autonomia” é objeto de questionamento por parte de seus cidadãos, pois o seu governante é eleito por um pequeno comitê eleitoral que é controlado por Pequim. Assim, todos os governantes de 1997 até então têm apresentado uma política pró-República Popular da China, aprovando leis que são bastante favoráveis ao governo central chinês.

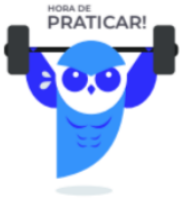
Um prolongado e grande ciclo de protestos se estendeu de fevereiro de 2019 a março de 2020, cessando em função da pandemia de Covid-19. A causa inicial e principal foi a tentativa do governo local de aprovar no legislativo um projeto de lei que permitiria a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental, o que foi considerado como uma tentativa de aumento da influência central chinesa na região, uma redução da sua autonomia e das liberdades, bem como uma possibilidade de perseguição de opositores do regime chinês ali residentes.

A proposição foi retirada de apreciação, mas outras pautas foram incluídas nos protestos: manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, a independência da justiça, o sufrágio universal em todas as eleições locais e a renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.

Um novo ciclo de protestos foi desencadeado em maio de 2020, com a deliberação da Assembleia Popular Nacional ou Congresso Nacional do Povo, o maior organismo governamental do legislativo chinês, de uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong.

A lei, já em vigor, visa "impedir, deter e reprimir qualquer ação que ameace de maneira grave a segurança nacional, como o separatismo, a subversão, a preparação ou a execução de atividades terroristas, assim como as atividades de forças estrangeiras que constituem uma interferência nos assuntos de Hong Kong". Ficou claro que o governo da China não tolerará o separatismo e que irá sufocar os movimentos em defesa de reformas democráticas.

QUESTÕES COMENTADAS



1. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) "Brexit" é a junção das palavras em inglês "British" e "exit" e significa "saída britânica". O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < http:// https://glo.bo/2Sr7kWz>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. A restrição da entrada de imigrantes no país foi um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit, com o argumento de que os migrantes tiravam o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social do país, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

II - Correto. A União Europeia possui um orçamento comum, para o qual cada país contribui proporcionalmente ao tamanho da sua economia. Os defensores do Brexit argumentavam que o Reino Unido

enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebia de volta em investimentos. Saindo do bloco europeu, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

III - Incorreto. Reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados, não foi um argumento utilizado pelos que defendem o Brexit. Não faria sentido ser a favor da redução de lucros de seu país. A redução dos lucros de exportação foi um dos argumentos utilizados pelos que foram contrários ao Brexit, já que o país não estará mais isento de taxas de exportação e importação no comércio com os países europeus.

IV- Correto. Melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países é um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit. Os defensores da saída alegam que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

Gabarito: D

---

2. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) O plano foi visto como uma ameaça às liberdades individuais no território autônomo e acabou revogado. O movimento passou a englobar outas demandas do povo, que vê interferência crescente do regime chinês e também pede a responsabilização de agentes que atacaram manifestantes durante os atos, os maiores ocorridos ali desde 1997.

(Folha, 02/11/2019. Disponível em: http://bit.ly/39iWbxM>. Adaptado)

A notícia trata das manifestações ocorridas em Hong Kong no segundo semestre de 2019, sobre estes episódios é correto afirmar que:

(A) as manifestações começaram com o aumento da tarifa do transporte público.

(B) a revolta começou após sucessivos escândalos de corrupção e cortes no fornecimento de combustível.

(C) os atos de protesto começaram a partir da imposição de restrições à propriedade privada.

(D) a revolta começou após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de suspeitos para serem julgados na China continental.

(E) os protestos começam após a China apresentar um projeto de lei que sobretaxaria os produtos de Hong Kong.

COMENTÁRIOS:

As grandes manifestações ocorridas em Hong Kong, no segundo semestre de 2019, começaram após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de seus cidadãos suspeitos para serem julgados na China continental, pelo Judiciário da China, e não mais de Hong Kong. O governo local suspendeu a apreciação do projeto por tempo indeterminado e depois o retirou em definitivo do Poder Legislativo. Contudo, os protestos continuaram com outras pautas, como a manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal para todas as eleições locais e pela renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.

As medidas de restrição de circulação adotadas em função da pandemia de Covid-19 levou ao fim a sequência de meses de protestos neste importante centro econômico e financeiro da Ásia.

Gabarito: D

---

3. (VUNESP/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ/2020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) No dia 19 de outubro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu de maneira considerável as previsões de crescimento da economia mundial, passando a projetar um crescimento de 2,9% em 2019 e 3% em 2020, após uma expansão de 3,6% em 2018.

(G1. https://glo.bo/2PnJ0ng. Acesso em 02.dez.2019. Publicado em 01.10.2019. Adaptado)

Entre os motivos apontados para a redução das projeções, é possível destacar

a) as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.

b) os conflitos entre países do Oriente Médio.

c) a instabilidade monetária dos países emergentes.

d) a escalada de governos autoritários na Ásia e na África.

e) a elevação dos preços dos combustíveis: carvão e petróleo.

COMENTÁRIOS:

O principal motivo apontado pela OCDE para a redução do crescimento da economia mundial são as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.

O contexto de guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo – Estados Unidos e China – reduziu o crescimento do comércio mundial, ocasionado também por uma desaceleração da economia chinesa, que, durante vários anos, teve seu crescimento econômico muito acima do crescimento da economia mundial.

Gabarito: A

LISTA DE QUESTÕES

1. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) "Brexit" é a junção das palavras em inglês "British" e "exit" e significa "saída britânica". O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < http:// https://glo.bo/2Sr7kWz>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

2. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) O plano foi visto como uma ameaça às liberdades individuais no território autônomo e acabou revogado. O movimento passou a englobar outas demandas do povo, que vê interferência crescente do regime chinês e também pede a responsabilização de agentes que atacaram manifestantes durante os atos, os maiores ocorridos ali desde 1997.

(Folha, 02/11/2019. Disponível em: http://bit.ly/39iWbxM>. Adaptado)

A notícia trata das manifestações ocorridas em Hong Kong no segundo semestre de 2019, sobre estes episódios é correto afirmar que:

(A) as manifestações começaram com o aumento da tarifa do transporte público.

(B) a revolta começou após sucessivos escândalos de corrupção e cortes no fornecimento de combustível.

(C) os atos de protesto começaram a partir da imposição de restrições à propriedade privada.

(D) a revolta começou após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de suspeitos para serem julgados na China continental.

(E) os protestos começam após a China apresentar um projeto de lei que sobretaxaria os produtos de Hong Kong.

3. (VUNESP/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ/2020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) No dia 19 de outubro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu de maneira considerável as previsões de crescimento da economia mundial, passando a projetar um crescimento de 2,9% em 2019 e 3% em 2020, após uma expansão de 3,6% em 2018.

(G1. https://glo.bo/2PnJ0ng. Acesso em 02.dez.2019. Publicado em 01.10.2019. Adaptado)

Entre os motivos apontados para a redução das projeções, é possível destacar

a) as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.

b) os conflitos entre países do Oriente Médio.

c) a instabilidade monetária dos países emergentes.

d) a escalada de governos autoritários na Ásia e na África.

e) a elevação dos preços dos combustíveis: carvão e petróleo.

GABARITO

1. D
2. D
3. A

RESUMO

Blocos Econômicos
A globalização ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros. Existem quatro modelos básicos de bloco econômico: **- Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países. **- União aduaneira** – Além do livre comércio, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros. **- Mercado comum** – Caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e pela adoção da tarifa externa comum. **- União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e a tarifa externa comum, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.
União Europeia
Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 27 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia. O Euro, moeda comum, é adotado por 19 dos 27 países membros. Países que não adotam o euro: Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polônia, República Checa, Romênia e Suécia. No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas.** **Espaço Schengen** - zona de livre circulação de pessoas, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça). A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes. Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, que criticam regulações e decisões tomadas pelo bloco que, para eles, enfraquece a soberania nacional dos seus países. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do

bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

Brexit

Abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída). Em plebiscito realizado no Reino Unido, em junho de 2016, **52% dos eleitores votaram por sair da União Europeia**, 48% votaram por permanecer.

Reino Unido é formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Ingressou na União Europeia em 1973, não é membro fundador. Não aderiu à moeda única.

Reino Unido e União Europeia negociaram um acordo de saída para que ela não ocorresse de forma unilateral. Saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Após dois adiamentos, três primeiros-ministros e votações de rejeição de acordos no parlamento, o país **saiu da União Europeia em 31 de janeiro de 2020, com acordo**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

Período de transição: Irá até **31 de dezembro de 2020**, quando as duas partes vão negociar vários pontos sobre o futuro das suas relações. Durante este período, o Reino Unido continuará participando e seguindo as regras do livre comércio e da união aduaneira.

Fatura de saída do Reino Unido que terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu.

Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unidos e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fronteira entre a República da Irlanda e a britânica Irlanda do Norte, a livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira. Com relação as mercadorias, a livre circulação será apenas para os produtos que tenham como destino o consumo no território no território das duas Irlandas.

Mercosul

Membros fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012 e atualmente encontra-se suspensa, com base na cláusula democrática, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

Estados associados: os demais países da América do Sul – Bolívia (em processo de adesão como Estado-Parte), Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname. Estados observadores: México e Nova Zelândia.

Assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia, em junho de 2019, finalizando 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. Também assinou, em agosto de 2019, acordo de livre

comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

USMCA

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Esse novo acordo é uma vitória de Donald Trump, pois traz termos mais favoráveis ao Estados Unidos, em relação ao NAFTA, que o presidente considerava que era prejudicial a economia norte-americana.

Além da mudança de nome, foram feitas alterações nas áreas de comércio digital, propriedade intelectual, medicamentos e setor automotivo. O USMCA **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

Guerra Comercial

Protecionismo é o **conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais**.

O governo dos Estados Unidos elevou as taxas de importação de diversos produtos importados de outros países. O país mais afetado pelas medidas é a China, que reagiu e elevou as taxas de importação de produtos importados dos Estados Unidos. Donald Trump diz que as medidas são necessárias para proteger a economia norte-americana e por uma questão de segurança nacional.

Os Estados Unidos possuem um grande déficit comercial e o país com o qual têm o maior déficit é a China.

Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual, manipulação cambial e de que o governo chinês subsidia a produção de bens de alta tecnologia.

A **disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos** dá-se o nome de **guerra comercial**.

Os dois países assinaram um acordo para aliviar a guerra comercial. Denominado de Fase 1, tem como ponto central a promessa da China de comprar mais US$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral. O documento assinado prevê que a China aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.

Os Estados Unidos, no entanto, ainda vão manter tarifas de 25% sobre uma vasta gama de US$ 250 bilhões em bens e componentes industriais chineses usados pela manufatura norte-americana, até a segunda fase de um acordo comercial.

A batalha da 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). Essa tecnologia tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas. A 5G possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “internet das coisas”.

A empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G, a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta e a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da sul-coreana Samsung.

Os Estados Unidos não possuem uma grande empresa no setor 5G e estão atrás de outros países na corrida de mercado desta fronteira tecnológica. Estão promovendo uma campanha de boicote à líder mundial, com diversas acusações contra a Huawei, que as nega.

A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

China

A China é a segunda maior economia do mundo, atrás dos Estados Unidos. O país chegou a essa condição em poucas décadas, após as reformas econômicas implantadas na década de 70 do século passado. O modelo vigente é denominado de “socialismo de mercado”.

O país é um grande exportador de produtos industrializados e um grande importador de commodities. É um grande investidor em países de todos os continentes, criando uma relação de interdependência entre os países e a China.

A “Nova Rota da Seda” é o projeto mais ambicioso. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África.

O regime de governo é considerado uma **ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**.

O **Mar do Sul da China** é uma área de disputa de soberania entre os chineses e as Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan. A China vem impondo a sua soberania, inclusive com a construção de ilhas artificiais em Spratly e a instalação de plataformas para a exploração de petróleo na região.

Taiwan é considerada uma província rebelde que a China quer reintegrar ao país. Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Hong Kong, localizada na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial** do país. Um prolongado e grande ciclo de protestos se estendeu de fevereiro de 2019 a março de 2020, cessando em função da pandemia de Covid-19. A causa principal foi a tentativa do governo local de aprovar no legislativo um projeto de lei que permitiria a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental.

A proposição foi retirada de apreciação, mas outras pautas foram incluídas nos protestos: manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, a independência da justiça, o sufrágio universal em todas as eleições locais e a renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.

Um novo ciclo de protestos foi desencadeado em maio de 2020, com a imposição pelo governo chinês de uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong. A lei, já em vigor, visa "impedir, deter e reprimir qualquer ação que ameace de maneira grave a segurança nacional, como o separatismo, a subversão, a preparação ou a execução de atividades terroristas, assim como as atividades de forças estrangeiras que constituem uma interferência nos assuntos de Hong Kong".

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.